

ID 289

Objetos, espaços e narrativas. O caso dos *Combatentes*

Autor:

Raquel Pereira Henriques

Filiação:

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Universidade Nova de Lisboa

RESUMO

A escola primária do Grupo Dramático e Escolar “Os Combatentes” (GDEC), coletividade situada na Rua do Possolo, em Lisboa, esteve em funcionamento de 1924 até meados da década de 90.

Durante esses 70 anos possibilitou a escolaridade inicial aos filhos dos moradores do bairro operário, associados que se quotizavam mensalmente para providenciar o seu equipamento e manutenção.

Anos depois do seu encerramento, os dirigentes da coletividade decidiram reunir determinados objetos que tinham pertencido à escola, bem como outros documentos, escritos e fotográficos, organizando um pequeno espaço expositivo. São apenas fragmentos, mas que aqui se utilizam para analisar alguns quotidianos escolares.

Para além de permitirem reavivar a memória da escola que existiu, aqueles objetos materiais são também relevantes porque testemunham, neste caso, a capacidade de luta e resiliência de uma comunidade que, contra a adversidade, mostrou ser capaz de criar e manter algo de que legitimamente se orgulha, reforçando assim a sua identidade.

PALAVRAS-CHAVE

património material escolar, memória, identidade

1. A escola dos «Combatentes»

A coletividade intitulada Grupo Dramático e Escolar “Os Combatentes” (GDEC), situada na Rua do Possolo, em Lisboa, foi fundada em 1906 e continua em funcionamento. Tendo em conta as atividades concretas que sempre ali se realizaram, é inevitável a comparação com os Centros Republicanos, frequentados pela população da freguesia onde se situavam, equipados muitas vezes com teatros, salas de jogos, bibliotecas, banhos públicos e, também, escolas. Alguns desses Centros Escolares Republicanos ainda sobrevivem, como é o caso do Grémio de Instrução Liberal de Campo de Ourique, relativamente próximo do GDEC.

O GDEC guarda nas suas instalações memórias associadas a diversas iniciativas da coletividade e continua a recordar os seus fundadores, bem como um dos objetivos iniciais:

Rechiote Gomes Dias (serralheiro), Luís Rodrigues dos Santos (mestre de construção naval), Domingos Bento, Raul Loureiro, Humberto Leijoso e Jorge Reis Lobato. Estes fundadores pretenderam combater o alcoolismo que grassava entre a classe operária, que desbaratava o salário nas tabernas do bairro. Nos pergaminhos desta colectividade consta ainda o facto de ela ter sido uma das fundadoras da antiga Federação Portuguesa (iniciados) das Colectividades de Cultura e Recreio, com o número 3.¹

Para além de tentar combater o alcoolismo, o GDEC pretendeu também combater o analfabetismo, reforçando assim o nome que a coletividade já utilizava – *combatentes*. Em 1924 começou então a funcionar no primeiro andar das suas instalações uma secção escolar para ministrar o ensino primário aos filhos dos associados, que se quotizavam mensalmente para pagar todas as despesas inerentes ao seu equipamento e manutenção, incluindo aquelas com o secretariado, o pessoal docente que foi contratado e, também, com o material escolar distribuído aos alunos.

Por ser considerada uma instituição de beneficência, que de forma totalmente gratuita ou em troca de pequenas mensalidades ministrava o ensino conforme os requisitos definidos pelo Estatuto do Ensino Particular e Inspeção Geral do Ensino Particular, foi beneficiando de isenção fiscal ².

Creio que, uma Escola onde ao aluno lhe é fornecida uma educação esmerada, instrução das primeiras letras à admissão aos Liceus, aposentos confortáveis

¹ O nascimento d “Os Combatentes”, disponível em <http://oscombatentes.com.sapo.pt/HISTORIA.htm>, acessido em agosto de 2015. As informações sobre a escola foram corroboradas por Carlos Oliveira, antigo aluno e atual presidente da direção da coletividade, em entrevista realizada no dia 19.02.2016, das 17.00 às 18.00 horas.

² “São isentos de imposto os alvarás referentes a estabelecimentos de beneficência ou instituídos por iniciativa de corpos ou corporações administrativas e institutos considerados de utilidade pública” (art. 7º, § único do Decreto 20.613, *Diário do Governo* nº 285, 11.12.1931). O Estatuto do Ensino Particular foi promulgado em 1931, revisto em 1933 (Decreto 22.842 de 18.07.1933) e, também, em 1934 (Decreto 23.447, de 05.01.1934).

*higiênicos e cheios de luz, recreio ao ar livre, livros indispensáveis aos estudos, e bem assim o restante material escolar, é digna de ser considerada modelo. Assim o entendeu sua Exa. O Sr. Dr. João Camoezas, quando ministro da Instrução, que em Diário do Governo fez inserir uma portaria de louvor, que muito me penhorou.*³

O Alvará nº 516, de 5 de janeiro de 1934 designa-a como *Escola dos Combatentes*, considerando-a um “estabelecimento de ensino primário particular” e os seus alunos ostentam nos bibes de formato padronizado, também fornecidos gratuitamente, o emblema da coletividade (Gomes 1942, p. IX).

O impacto na comunidade foi de tal forma relevante, que chegou a ser permitida uma lotação de 150 alunos (diminuindo para 96 alunos em 1982), divididos em duas secções, masculina no turno da manhã (das 9.00 às 12.30h) e feminina no turno da tarde (das 13.30 às 17.00h), tal como foi exigido aos estabelecimentos de ensino particular a partir de 1940⁴. Aparentemente não se atingiram aqueles números, mas há referências a 83 alunos em 1931, 80 em 1933, 75 em 1936, 93 em 1941⁵.

Na década de 80 do século XX passou a designar-se Externato de Ensino Primário e previa “serviços extra-escolares de aquecimento de almoços e prolongamento até às 18.00 horas”, apoio psicopedagógico, ginástica, iniciação ao teatro e ao desporto. A frequência nos meses de julho e setembro era considerada “complementar” e organizavam-se visitas de estudo, passeios, atividades desportivas, piqueniques, trabalhos manuais⁶. A escola saía assim do edifício propriamente dito, utilizando diversos espaços públicos como locais de encontro, de partilha e de aprendizagem (ver Innerarity 2010, p. 107). Ensaivavam-se, deste modo, outras

³ Relvas, E. (1927). Algumas palavras. *Os Combatentes*, Ano 1, Set-Out. 1927 (p.2). Eduardo Relvas surge como diretor do jornal e, também, como diretor escolar numa das fotografias datadas de 27 de agosto de 1927 expostas na coletividade.

⁴ A portaria 9.433 de 1940 impôs a separação de sexos nos estabelecimentos de ensino particular, exigência que foi regulamentada pelo Decreto 31.433, de 29.07.1941. Para ministrar o ensino aos dois sexos era necessário que houvesse duas secções, uma masculina e outra feminina “completamente separadas e tendo cada uma a sua direcção própria e independente” (Art. 2º).

⁵ Vejam-se os Despachos ministeriais averbados ao alvará, constantes do espólio do GDEC, algumas rubricas do jornal *Os Combatentes* relativos a estes anos e, ainda, o documento dactilografado da autoria de Fernando Gomes (1942, p. V). Em 1942, Fernando Gomes dirigia a secção escolar e integrava o conselho pedagógico e ofereceu a Alberto Pedro Avelar, um dos homens que integrou a comissão organizadora da escola, o que considerou “um modesto trabalho”, onde reuniu informações que nos permitem perceber o enquadramento legal à época, número de inscrições, horário de funcionamento, critérios de admissão, material escolar, exames, pessoal docente e não docente, despesas, considerações sobre algumas atitudes de alunos e encarregados de educação – espólio do GDEC.

⁶ Ver *Regulamento escolar* (Março de 1984) e cartaz publicitário não datado, impresso (Fig. 2), pertencendo ambos ao espólio do GDEC.

formas de comunicação, outras formas de mediação e a escola tentava transformar-se, mais uma vez, em “motor de transformação urbana, social” (Puig 2009, p. 205).

De acordo com o espírito do tempo (a Lei de Bases do Sistema Educativo é de 1986), sair da sala de aula era, assim, uma outra forma de tentar alcançar os objetivos de uma escola que se pretendia mais democrática e integradora.



FIG. 1 | Capa da caderneta escolar, década de 1980; FIG. 2 | Cartaz publicitário da mesma época

Apesar dos contextos políticos muito distintos, a sua existência foi-se justificando ao longo de 70 anos, até porque continuava a sentir-se a necessidade de colmatar a ausência de escolas⁷. Por outro lado, a escola da coletividade pode considerar-se como um testemunho da permanência dos ideais republicanos e, inclusivamente, anarquistas que, de certa forma, sobrevivem em muitas atividades propostas atualmente: o GDEC oferece gratuitamente apoio ao estudo a mais de uma dezena de estudantes, promove sessões musicais, teatrais, excursões e festas de cariz mais popular para os habitantes do bairro.

Depois do seu encerramento, e havendo a perceção do impacto que aquela escola teve na comunidade local, os dirigentes da coletividade guardaram alguns documentos relacionados com essa existência e organizaram um pequeno núcleo escolar, dentro de um espaço mais alargado, onde conservam espólio muito diversificado. É assim que existe uma pequena sala dedicada à escola primária.

Objetos relacionados com o quotidiano escolar estão presentes, bem como despachos ministeriais que reconhecem o carácter de beneficência à escola, nomeiam os seus sucessivos diretores, permitem o desdobramento nas duas secções, masculina

⁷ Num panfleto eleitoral de 1973, intitulado *À população da Ajuda, Alcântara, Campolide, Lapa, Prazeres, Santo Condestável e Santa Isabel*, da CDE Lisboa, descrevem-se condições de vida das populações destas zonas da cidade. Entre vários problemas destacam a ausência de escolas. E, no caso de Campo de Ourique, diz-se que “ainda são as colectividades que, sustentadas pelos pais, vão assegurando a instrução das crianças (...)” – ANTT – *Eleições de 1973. Propaganda difundida pela oposição democrática e movimentos clandestinos*, PIDE/DGS SC SR n.º de processo 715/73 pasta 1 UI: 4063.

e feminina. Há ainda exemplares de uma caderneta escolar e de outros documentos impressos (Figs. 1 e 2), bem como de alguns dactilografados e, também, diversas fotografias a cobrir as paredes, que funcionam de facto como documentos muito significativos, não só pelo que nelas está representado como pelo que não está, as ausências (ver Grosvenor 1999, pp. 88 e 91).

2. A materialidade da memória⁸

Os objetos escolares da escola primária que existiu não são, por si só, diferentes de outros que ainda podem ser encontrados em algumas escolas e, sobretudo, em museus escolares como o Museu Escolar de Marrazes ou o Museu Escolar Oliveira Lopes, em Ovar.

O seu número é, de facto, muito reduzido e misturam-se com fotografias e outros documentos dactilografados ou impressos.

A caixa métrica nº 2 foi esvaziada. O pequeno móvel existe no local mas o seu conteúdo foi colocado em prateleiras de uma estante metálica. Podem ver-se, entre outras peças, um decímetro cúbico, duas coleções de pesos de latão e ferro, medidas para secos e líquidos, diversos sólidos geométricos de madeira, transferidor, esquadro e compassos também de madeira, um metro articulado, uma cadeia métrica ou cadeia do agrimensor.



FIG. 3 | Cadeia métrica



FIG. 4 | Decímetro cúbico e medidas para secos; FIG. 5 | Transferidor, esquadro e compassos

Na sala há ainda uma balança decimal, um globo terrestre e, certamente mais recentes, um microscópio e a réplica do único satélite natural da terra que, na década de 80 do século XX, foi distribuída gratuitamente a quem adquirisse um determinado item das *Seleções do Reader's Digest*.



FIG. 6 | Balança decimal; FIG. 7 | Carteira escolar de madeira. Tem um tinteiro de porcelana.

Em destaque existe uma publicação de grande formato intitulada *Quadros de Leitura*⁹, cuja dimensão permitiria que vários alunos a observassem em simultâneo (Figs. 8 e 9) e, ao lado dessa publicação, uma carteira escolar individual, com o plano de escrita inclinado, herdeira talvez das que foram desenhadas em 1943 pelo arquiteto Alberto Silva Bessa, e reproduzida exaustivamente para as escolas primárias portuguesas no seu modelo não extensível, menos dispendioso (Fig. 7)¹⁰.

Ausentes estão os planisférios e os quadros parietais, os livros e os cadernos dos alunos que se observam nas fotografias.

8 “Los restos arqueológicos de la escuela son, en primer lugar, materialidades con memoria” (Escolano Benito 2015, p. 48).

9 Estes “quadros” de iniciação à leitura têm, em cada folha, a referência seguinte: Quadros de Leitura. Prof. Janeiro Acabado. Editores – Gomes e Rodrigues, Lda., Lisboa. A publicação tem 98 páginas, com 46 cm de altura por 30 cm de largura. Ver informações sobre Manuel António Janeiro Acabado em Nóvoa 2003, pp. 25-26.

10 Ver Beja 1996, p. 270 e segs. e Mendes 2008, pp. 101 e 105. “A carteira rígida, de dois lugares, alinhada com outras vinte e três carteiras semelhantes, continuaria a ser a peça mais importante das salas do ensino primário oficial, até meados da década de 1960” (Mendes 2008, p. 108). Em muitas escolas extravasou-se esse tempo e aquele tipo de carteira escolar permaneceu em salas de aula até à década de 80 do século XX, como prova material dessa permanência.



FIG. 8 e FIG. 9 | Páginas dos *Quadros de Leitura* de Manuel Janeiro Acabado

Os registos fotográficos que existem da sala de aula da escola do GDEC, com a professora de bata branca e os alunos (ora rapazes, ora raparigas) sentados, compostos e perfilados, permitem ver sobretudo que, pelo menos até 1970, a maior parte das carteiras possibilitava que dois alunos se sentassem, lado a lado. Há, no entanto, uma fotografia onde se vê a secretária da professora e, junto desta, surge uma carteira mais pequena, para um único aluno, semelhante à que foi conservada.

Por outro lado, percebe-se também que as carteiras duplas foram substituídas por outras, porque há fotografias em que ora surgem integralmente de madeira, com linhas retas, ora com uma estrutura metálica arredondada, que ligava o encosto do assento à zona de escrita, como as carteiras do sistema Lenoir (ver Mogarro 2010, p. 106). Umas e outras têm orifício para o tinteiro de porcelana branca (que é visível), tal como a carteira individual que está exposta.

Em 1970 houve uma visita do governador civil de Lisboa que ficou documentada, e as carteiras duplas foram integralmente substituídas por modelos individuais, novamente de madeira.



FIG. 10 | Secção masculina, classe não identificada. A professora é Alice Antunes Bernardo, diretora das duas secções entre 1961 e 1967; FIG. 11 | Secção feminina, 4ª classe, s/d.

Pelos registos fotográficos são ainda visíveis dois armários de madeira e vidro, um com livros ou cadernos e outro com algo que se assemelha a rolos de planiférios. Surge a secretária da professora e o caixote para papéis, o crucifixo por cima do quadro de lousa (Fig. 12), o globo terrestre que parece ser o que se conserva, o transferidor de madeira, planiférios expostos, um deles de Portugal continental, bem como quadros parietais com a representação do corpo humano e de alguns dos seus órgãos.

Não é perceptível a publicação de Manuel Janeiro Acabado referida, não surge o microscópio nem a representação da lua e a caixa métrica é visível apenas nas fotografias datadas de 1991, não conseguindo perceber-se pelos registos fotográficos anteriores a partir de quando é que foi integrada na escola.

Há, portanto, objetos expostos que se identificam rapidamente com a escola que existiu, mas outros que foram integrados no atual espaço porque, provavelmente, corresponderão a memórias que algumas pessoas associam genericamente à escola, ao quotidiano escolar, como o caso do microscópio.

Os alicerces da cultura material são os objectos do quotidiano (...) estamos perante um património da maior importância em termos de memória e de identidade (Mendes 2009, p. 21)



FIG. 12 | Fotografia da década de 1960. A professora é também Alice Antunes Bernardo. Apesar do crucifixo, os alunos não rezavam.

Regressemos de novo às fotografias, que adquirem assim um papel de intermediário entre os objetos e determinados quotidianos escolares. Embora tiradas e conservadas com o propósito de enaltecer e publicitar aquela escola e aquela coletividade, são representações parcelares que permitem encontrar algumas características comuns entre si:

- 1- Uma escola ordenada e ordenadora. Os corpos gerentes da coletividade, bem como a comissão organizadora da escola, os alunos das quatro classes do ensino primário, as professoras, fizeram-se quase sempre retratar em pose estudada, hierática, cada um no seu lugar e todos no “lugar próprio”. Desde 1927, quando surgem os primeiros registos fotográficos no jornal *Os Combatentes*, tudo é muito cuidado, desde as roupas, aos cabelos, à postura direita, sentindo-se uma certa artificialidade. Em 1927 alunos e professoras não estão na sala de aula que foi, aliás, fotografada sem ninguém, o espaço valorizado por si só, com as carteiras alinhadas em fila, janelas de um lado e planisférios no outro. Pelo que se pode perceber, até à década de 1960 fotografaram-se os alunos no salão nobre, onde há um palco¹¹, colocando-se aí algumas crianças para ficarem mais altas (Figs. 13 e 14). A postura é essencialmente a mesma, com as professoras ao centro e à frente, igualmente sentadas, todos a olhar diretamente para o fotógrafo, com roupas pessoais, cuidadas, identificando claramente o género: calções para os meninos, vestidos para as meninas.

¹¹ A tradição teatral desta coletividade é muito importante e permanece como marca identitária, conservando-se muito espólio de diferentes espetáculos bem como de atores conhecidos que ali atuaram.



FIG. 13 | Fotografia s/d.; FIG. 14 | Fotografia datada de 1940. As professoras são, muito provavelmente, Maria Francelina Correia Paixão e Lucinda da Conceição Pontes.

A partir dos anos 60 as fotografias registam, sobretudo, os alunos sentados nas carteiras, com um bibe verde de gola branca¹², o tal modelo que era fornecido a todos. Alunos e professora deixam de estar num plano equivalente, porque a professora surge de pé, ao lado ora dos rapazes ora das raparigas, também de bata, branca (Figs. 10 e 11). Por vezes os alunos simulam escrever, em pose, para o fotógrafo. Só os sorrisos denunciam algumas cumplicidades, mas a disciplina é evidente.

A colocação do mobiliário no espaço físico, ordenado geometricamente, destaca a secretária da professora, voltada para as carteiras dos alunos, ao lado do quadro de lousa. Apesar da ausência de estrado e do nivelamento dos assentos, o espaço é ordenado e ordenador, tornando-se também dessa forma identitário (ver Viñao Frago, 1993-1994, p. 27).

A rigidez perde-se, aparentemente, algumas décadas depois, numa das últimas fotografias, já a cores, onde está registada no quadro a data de 6 de maio de 1991 (Fig. 15). Surge a professora, jovem, com doze crianças, sem bibes. Os alunos deixaram de estar sentados, rodeiam a professora que está em pé, a rir também. A informalidade no traje é uma das características principais, bem como os sorrisos mais rasgados e uma linguagem corporal de grande descontração. Ali se reconhece igualmente a caixa métrica, a secretária da professora, o caixote de madeira para papéis, um planisfério.

¹² O bibe era inicialmente verde. Mais tarde passou a ser confeccionado num tecido aos quadrados verdes e brancos. A gola manteve-se branca (Fig. 7). Um e outro modelo ostentavam o símbolo ou logótipo do GDEC.



FIG. 15 | Fotografia onde é visível a data de 06.05.1991

- 2- Uma escola com uma organização espacial que privilegia o trabalho individual. Na maior parte das fotografias veem-se duas filas de carteiras para os alunos, com um corredor central, todas voltadas para a parede onde foi colocado o quadro de lousa. Poderia trabalhar-se, quando muito, a pares. Qualquer outro tipo de interação estaria fortemente dificultada por aquele espartilho concreto e disciplinador.
- 3- Uma escola com escasso material escolar, sobretudo até à década de 1970. A partir de então são visíveis mais quadros parietais e mais planiférios, mas durante a maior parte do tempo as práticas educativas desenharam-se, muito provavelmente, a partir do quadro de lousa, dos materiais da caixa métrica, do globo, dos cadernos, livros e outros materiais que eram fornecidos gratuitamente aos alunos¹³.

Da documentação escrita destacam-se alguns adjetivos que classificam a escola ou, pelo menos, que ajuízam o trabalho que ali se foi produzindo: modelar, perfeita, honesta. Se uns não questionam o que referem ser a “excelência da instrução”, outros queixam-se da educação ministrada, considerando que nem sempre terá sido a mais disciplinadora e adequada, acabando no entanto por louvar o trabalho efetuado (Gomes 1942, pp. XV e XXII). Na verdade, o que sobressai sempre é o ser aquela escola, como dizia Eduardo Relvas

(...) filha dos sacrifícios dispendidos pelos sócios, na sua grande maioria proletários, que afastados da taberna e outros antros de perdição, entenderam por bem criá-la, auxiliá-la e mantê-la (Os Combatentes, 1, 1927, p. 2)

¹³ Esta característica é reafirmada em 1942, dizendo-se que todo o material escolar e didático é fornecido gratuitamente aos alunos – ver Gomes, 1942, pp. IX e X. Havia, no entanto, uma quotização mensal de que algumas pessoas mais carenciadas estavam dispensadas.

3. O poder dos objetos

Foi a ação conjunta de algumas pessoas que desejaram possibilitar a instrução primária aos seus filhos, ou aos filhos dos moradores desfavorecidos do bairro e que conseguiram fazê-lo, ultrapassando dificuldades burocráticas e financeiras, que justificou, depois do seu encerramento, a permanência da memória feliz dessa iniciativa e, conseqüentemente, a preservação de objetos e outros documentos relacionados com a escola do GDEC.

Aquela escola (ainda presente na memória de quem a frequentou e nos vestígios materiais que sobreviveram) pode ser assim entendida como um testemunho da ação comunitária, da resiliência de um grupo de operários que, contra a adversidade, mostrou ser capaz de criar e manter algo de que ainda hoje legitimamente se orgulha. A memória que aquele espólio material da escola permite evocar é, assim, de uma grande eficácia pelo que simboliza de capacidade de luta, de transformação e de progresso, de afirmação de identidade¹⁴.

Mas será que aquela “racionalidade”, a “racionalidade dos objetos”, que se reuniram e se expõem, conseguirá responder à “irracionalidade das necessidades”, numa tentativa de resolver as contradições existentes entre realidade e necessidade, de que fala Jean Baudrillard (1968)?

É certo que os escassos objetos conservados pelo GDEC estão descontextualizados. Já não servindo os propósitos para que foram produzidos, acabaram por adquirir um “estatuto estritamente subjetivo” (Baudrillard 1968, p. 121). Apesar de ser mais difícil conseguir relacioná-los com a escola a que pertenceram, são facilmente apropriados, de uma forma eventualmente afetiva, por quem circulou em escolas primárias e contactou com outros iguais ou semelhantes, desencadeando memórias da *sua* escola.

Se aqueles objetos podem contribuir para que se perceba como evoluíram técnicas construtivas, materiais que se privilegiaram e persistências, é possível também relacioná-los com uma certa cultura material escolar, levar antigos alunos a recordar pormenores vivenciados e analisar algumas representações do quotidiano.

O objeto pode adquirir assim um poder sensorial que não é de desprezar, tanto pelo que sugere como também pelo que oculta, e que é reforçado num espaço como aquele, providenciado pela coletividade, que não tem por detrás nenhum conceito museológico associado, nenhuma preocupação de informação explicativa, de mediação.

¹⁴ Escolano Benito, a propósito de uma pequena escola rural numa aldeia castelhana que foi preservada diz “(...) su preservación como realidad arcaica comportaba, a nuestro entender, una forma simbólica de resistencia de la memoria biográfica y colectiva a la extinción de la tradición del lugar y de afirmación de la identidad de una colectividad en los procesos de cambio que amenazaban la disolución de los lazos sociales básicos entre los miembros de esta micro sociedad rural” (2015, p. 50)

Podemos também classificá-los, tal como Baudrillard o fez, como objetos “humildes”, por serem anónimos, indiferenciados, exaustivamente reproduzidos (*Idem*, p. 121 e segs.). Mais difícil é associá-los a práticas educativas, a “maneiras de fazer” (Luce Giard in Certeau 1990, p. XV), a não ser que se consiga recorrer a outros testemunhos.

Os objetos que ali estão são comuns, foram fabricados industrialmente e não há neles marcas pessoais, expressões individuais. Pode presumir-se que se foram tão massivamente produzidos e durante tantas décadas é porque, muito provavelmente, corresponderão aos tais “saberes de continuidade” ou de permanência de que fala Certeau (1990, pp. XIV-XLVIII), contribuindo para uma identidade comum que, neste caso, é partilhada entre diversas gerações que frequentaram uma certa escola primária.

Percebe-se, no entanto, que a sua função é ou didática (no caso dos elementos que faziam parte da caixa métrica, dos *Quadros de Leitura*, do globo terrestre, por exemplo), ou funcional (no caso da carteira escolar). Esta pode ainda, por exemplo, considerar-se uma das representantes mais expressivas da escolaridade primária que ocorreu em diversos tempos educativos. A carteira escolar poderá não significar nem conforto, nem ócio e nem talvez comunhão de afetos, mas é transversal a grupos sociais e a gerações. Ainda que por motivos certamente muito diferentes, contribuirá para desencadear alguma nostalgia, quanto mais não seja porque remete para um período da vida de que ficam, habitualmente, lembranças fortes (ver Escolano Benito 2015).

Mais do que simples produtos de transacção, eles têm-se tornado basilares na definição e redefinição da vida social e cultural das populações. Sendo pedaços do mundo material, cuja substância nos permite tocá-los e senti-los, o certo é que, desses milhões de objectos, apenas uma ínfima parte se torna, metaforicamente, imortal (Magalhães 2006, p. 135)

No seu conjunto, e considerando a totalidade dos objetos expostos, há um recuo possível a uma escola que, tendo cumprido as diretrizes oficiais, parece ter mantido, no entanto, uma identidade própria em contextos políticos muito distintos.

Aqueles objetos, funcionais ou didáticos, ferramentas para a educação do corpo e do espírito, identificam uma escola de ensino primário que foi, também, um sinónimo de conquista social, de luta e, em certos casos, de mobilidade social ascendente. São, assim, a prova material da vontade em fazer persistir a memória de uma escola que teve, ao que tudo indica, um impacto muito positivo para a população daquele bairro operário lisboeta.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes existentes no espólio do Grupo Dramático e Escolar “Os Combatentes”

Cartaz publicitário (s.d.) (impresso).

Caderneta Escolar. Externato de Ensino Primário Grupo Dramático Escolar “Os Combatentes” (s.d.). Lisboa: Tipografia J. Cardoso

GOMES, F. (1942). *Escola. Grupo Dramático Escolar “Os Combatentes”* (dactilografado).

Quadros de Leitura Prof. Janeiro Acabado (s.d.). Lisboa: Editores Gomes e Rodrigues.

Regulamento escolar (Março de 1984) (dactilografado).

Outras fontes

Diário do Governo, I^a Série: n^o 285, 11.12.1931; n^o 160, 18.07.1933; n^o 4, 05.01.1934; n^o 174, 29.07.1941.

Eleições de 1973, Propaganda difundida pela oposição democrática e movimentos clandestinos (ANTT – PIDE/DGS SC SR n.º de processo 715/73 pasta 1 UI: 4063).

Os Combatentes, Ano 1, Set-Out. 1927. Lisboa: Composto e impresso na Tip. A Rápida. Foram consultados também os do Ano 25, n^o 4, 30 Set. 1931, n^o único de 1933, n^o único de 1936.

Bibliografia

Baudrillard, J. (1968). *Le système des objets*. Paris: Gallimard.

Beja, F. ; Serra, J. ; Machás, E. & Saldanha, I. (1996). *Muitos anos de escolas*. Vol. II, *Anos 40 – Anos 70*. Lisboa: Ministério da Educação/Direcção-Geral de Administração Escolar.

Carvalho, J.M.F. (2004). *A indústria do mobiliário escolar em Paços de Ferreira. O caso da fábrica Albino de Matos, Pereiras & Barros, Lda*. Dissertação de mestrado policopiada. Porto: Faculdade de Letras.

Certeau, M. de (1990). *L'invention du quotidien*. 1. *arts de faire*, Vol. I, 2^a ed.. Paris: Gallimard.

Escolano Benito, A. (2015). Arqueología y rituales de la escuela. In M. J. Mogarro (coord.), *Educação e Património Cultural: Escolas, Objetos e Práticas* (pp. 45-60). Lisboa: Edições Colibri.

Grosvenor, I. (1999). On visualising past classroom. In I. Grosvenor, M. Lawn & K. Rousmaniere (eds.), *Silences and Images: the social history of the classroom* (83-104). New York: Peter Lang.

_____ (2010). The school album: images, insights and inequalities. *Educació i Història: Revista d'Història de l'Educació*, (15), 149-164

Hernández Díaz, J. M. (2010). Los útiles de la cultura escolar y su narrativa en la España contemporánea. *Educatio Siglo XXI*, 28 (2), 65-88

Innerarity, D. (2010). *O novo espaço público*. Lisboa: Editorial Teorema.

Magalhães, F. P. O. (2006). Objectos de vidro. *Commodities e/ou objectos mágicos*. In A. Semedo e J. T. Lopes (coord.), *Museus – discursos e representações* (pp. 135-148). Porto: Edições Afrontamento

Mendes, A. M. F. M. (2008). *A Construção do Parque Escolar do Ensino Primário na cidade de Portalegre. Uma perspectiva através dos documentos locais*. Dissertação de mestrado policopiada. Lisboa: Universidade de Lisboa – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Mendes, J. A. (2009). *Estudos do património. Museus e educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Mogarro, M. J. (2010). Cultura material e modernização pedagógica em Portugal (séculos XIX-XX). *Educatio Siglo XXI*, 28 (2), 89-114.

Nóvoa, A. (2003). *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Edições ASA.

Olsson, A. (2014). To Smile or Not to Smile: Differing Views of Educational Situations Compared. In C. Burke, I. Grosvenor & B. Norlin (eds.), *Engaging with Educational Space. Visualizing Spaces of Teaching and Learning* (88-98). Sweden: Umeå.

Palma, H. (2015). Os materiais didáticos utilizados no processo de Ensino-Aprendizagem de conteúdos matemáticos na escola primária (séculos XIX-XX). In M. J. Mogarro (coord.), *Educação e Património Cultural: Escolas, Objetos e Práticas* (pp. 221-249). Lisboa: Edições Colibri.

Puig, T. (2009). *Marca Ciudad. Cómo rediseñarla para asegurar un futuro espléndido para todos*. Barcelona: Paidós.

Ribeiro, A.P. (2011). Por exemplo a cadeira. Ensaio sobre as artes do corpo. *Questões permanentes. Ensaios escolhidos sobre cultura contemporânea* (pp. 16-41). Lisboa: Edições Cotovia, Lda.

Viñao Frago, A. (1993-1994). Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas y cuestiones. *Historia de la Educación*, XII-XIII, 17-74.

_____ (2012). La historia material e inmaterial de la escuela: memoria, patrimonio y educación. *Educação*, Porto Alegre, 35, (1), 7-17, (disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/10351>, acesso em janeiro de 2016).